



EXPERIÊNCIAS DE UM SUPOSTO “NEGRO-TEMA” EM EVENTOS ACADÊMICOS: “... I GOT MY BRAINS ... I’VE GOT LIVES ...”¹

Sales Augusto dos Santos²

Resumo: Neste artigo descreve-se as observações do autor sobre como são, em geral, tratados/as os/as intelectuais/as negros/as brasileiros por pares intelectuais brancos/as em seminários, congressos, entre outras atividades acadêmicas. Utiliza-se três eventos acadêmicos como exemplos: a) um na cidade do Rio de Janeiro, em 2014; b) um na cidade de São Paulo, em 2015; e c) um na cidade de Brasília, em 2016. Busca-se demonstrar o brancocentrismo dos pensamentos e das ações de intelectuais brancos/as que apoiam pública e explicitamente igualdade nas relações raciais, inclusive políticas de ação afirmativa para estudantes negros/as no ensino público superior. Aponta-se também o brancocentrismo dos estudos, pesquisas e análises (sociais, econômicas, políticas, culturais e educacionais, entre outras) produzidos na e para a academia e a sociedade brasileiras, especialmente no que diz respeito às relações raciais, o que levou o autor do artigo a repetir a pergunta da professora Gayatri Spivak (2010): “Pode o subalterno falar?”.

Palavras-chaves: Eventos Acadêmicos; Brancocentrismo; Negros/as Intelectuais; Ensino Superior Brasileiro.

EXPERIENCES OF A SUPPOSED "BLACK-THEME" IN ACADEMIC EVENTS: "... I GOT MY BRAINS ... I’VE GOT LIVES ..."

Abstract: This article describes the authors' observations on how black intellectuals are generally treated by white intellectual peers in seminars, congresses, and other academic activities. Three academic events are used as examples: a) one in Rio de Janeiro, in 2014; b) one in São Paulo in 2015; and c) one in Brasília in 2016. It seeks to demonstrate the whiteness of the thoughts and actions of white intellectuals who even publicly and explicitly support racial relations (including affirmative action policies for black students in higher public education). It is also pointed out the whitecentrism of studies, researches and analyzes (social, economic, political, cultural and educational, among others) produced in and for the Brazilian academy and society, especially with respect to race relations, which led the authors of the article to repeat the question of Spivak (2010): "Can the subaltern speak?".

Keywords: Academic Events; Whitecentrism; Black Intellectuals; Higher Education in Brazil.

¹ O subtítulo “... I got my brains ... I’ve got lives ...” são trechos da música “Ain’t Got No/I Got Life” da falecida cantora e compositora negra estadunidense Nina Simone. Os trechos, cuja tradução é livre, são, respectivamente, “... Eu tenho meus cérebros/minha inteligência... Eu tenho vidas...”. Em realidade é uma resposta poética àqueles/as que tratam os/as acadêmicos negros/as brasileiros/as como não intelectuais. E “negro-tema”, como nos lembra Bernardino-Costa (2016, p. 18), citando o sociólogo negro Alberto Guerreiro Ramos (1957), “é um objeto de estudo, imobilizado e suscetível de ser apreendido a partir de um binarismo que o estereotipa”, ao qual o sociólogo contrapõe o “negro-vida”, que “não se deixa imobilizar, não tem uma versão definitiva, é como o rio de que fala Heráclito, em que não se entra duas vezes”.

² Pós-doutor pelo Department of Africana Studies at Brown University (2012-2013). Foi o Coordenador Responsável do Grupo de Trabalho – Publicações da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), no período de agosto de 2008 a julho de 2010. salessantos2015@gmail.com

EXPERIÊNCIAS D'UN "THÈME NOIR" SUPPOSÉ DANS DES ÉVÉNEMENTS ACADÉMIQUES: "... I GOT MY BRAINS ... I'VE GOT LIVES ..."

Résumé: Cet article décrit les auteurs sont généralement des observations sur la façon de traiter l'homologue intellectuels noir pour collègue blanc en séminaires, Congrès, entre autres activités académiques. Utilise trois manifestations universitaires comme exemples: a) un à Rio de Janeiro, en 2014; b) un à São Paulo, en 2015; et c) un à Brasília, en 2016. Le but est de démontrer le blanc-centrisme des pensées et des actions d'intellectuels blancs qui, y compris le public et explicitement l'égalité de prise en charge en relations interraciales (y compris des politiques volontaristes pour les étudiants dans l'enseignement supérieur public). Points également blanc-centrisme des études, de recherches et d'analyses (social, économique, politique, culturelle et l'éducation, entre autres) produite dans et pour l'Académie et de la société brésilienne, en particulier en ce qui concerne les relations entre les races, qui a conduit les auteurs l'article répète la question de Spivak (2010): "Pouvoir le subalterne parler?"

Mots-clés: Événements universitaires; Blanc-centrisme; Noirs Intellectuels; Enseignement supérieur au Brésil.

EXPERIÊNCIAS DE UN SUPUESTO "NEGRO-TEMA" EN EVENTOS ACADÉMICOS: "... I GOT MY BRAINS ... I'VE GOT LIVES ..."

Resumen: En este artículo se describe las observaciones de los autorxs sobre como son, en general tratados los/las intelectuales negrxs por pares intelectuales blancxs en seminarios, congresos, entre otras actividades académicas. Se utilizó tres eventos académicos como ejemplos: a) un en Rio de Janeiro, en 2014; b) un en São Paulo, en 2015 ; c) en Brasília, en 2016. Se buscó enseñar el blancocentrismo de los pensamientos y de las acciones de intelectuales blancxs que, incluso, apoyan pública y explícitamente igualdad de las relaciones raciales (incluso políticas de acciones afirmativa para estudiantes negrxs en la enseñanza pública superior). Se observa también el blancocentrismo en los estudios, pesquisas y análisis (sociales, económicas, políticas, culturales y educacionales, entre otras) producidos en la y para la academia y sociedad brasileña, especialmente frente a las relaciones raciales, lo que llevó autores del artículo a repetir la pregunta de Spivak (2010): "Puede el subalterno hablar?"

Palabras-clave: Eventos Académicos; Blancocentrismo; Negros/as Intelectuales; Enseñanza Superior en Brasil.

INTRODUÇÃO

Faz muito tempo que desejo escrever sobre algumas das minhas experiências enquanto pretendo intelectual participante de eventos acadêmicos.³ Este artigo é fruto dessa aspiração, no qual descrevo a participação em três seminários: a) o "III Seminário de Movimentos Sociais, Educação Popular e Formação de Professores: o golpe militar de 1964 e a mobilização de inéditos viáveis no campo social e educativo", realizado no Rio de

³ Também desejo escrever sobre as minhas experiências enquanto estudante negro em programas de pós-graduação, algo que farei em momento oportuno.

Janeiro, em 2014; b) o seminário “Caminhos Trilhados e Novos Desafios para o Acesso de Negros e Indígenas na Pós-Graduação Brasileira”, realizado em São Paulo, em 2015; e c) o *workshop* "Pathways to Social and Economic Welfare: considering affirmative action policies in Brazil", realizado em Brasília, em 2016.

O primeiro seminário foi realizado de 26 a 28 de novembro de 2014, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), campus de São Gonçalo, no qual nos foi incumbido apresentar uma explanação que “representasse” a perspectiva dos movimentos negros sobre o tema do seminário⁴. Algo difícil de fazer, pois a nossa análise ou interpretação de como os movimentos sociais negros se comportaram/agiram – o que fizeram, o que deixaram de fazer, por que fizeram ou por que não fizeram, etc., etc. – durante o período supracitado, é um ponto de vista marcado e limitado pela minha experiência no mundo, meu sexo/gênero, minha orientação sexual, minha identidade sexual, minha cor/raça, minha origem social e mobilidade de classe, meu espectro ideológico, minha formação e “ambições” acadêmicas, entre outros condicionantes. Enfim, minha leitura dos movimentos sociais negros no que diz respeito à educação popular está e estará fortemente condicionada pela minha experiência e visão de mundo.

Conjecturo que não sou o único autor nessa condição (humana), qual seja, repleta de condicionantes; mas gostaria de expressá-los até mesmo para tentar controlar a invasão ilegítima (para a ciência) desses condicionantes e/ou dos meus valores em minha análise dos fatos e dados. No entanto, poucos/as acadêmicos/as admitem tais condicionamentos, visto que a maioria deles/as alega "neutralidade científica" e/ou "imparcialidade" de pensamento, como alguns/mas participantes dos seminários e do *workshop* supracitados. Mais ainda, apresentarei neste artigo uma parte pequeniníssima de uma longa história de lutas dos movimentos negros, como a descrita e analisada com mais profundidade em Santos (2014).

Assim sendo, a perspectiva dos movimentos negros aqui exposta é muito limitada, visto ter o recorte do meu ponto de vista parcial e particular. Ponto de vista que, no presente momento, está fortemente condicionado pelas minhas “ambições” acadêmicas que, enfato, não visam a receber sinecuras do meio universitário. Tenho me empenhado a desconstruir o brancocentrismo dos estudos, pesquisas e análises (sociais, econômicas,

⁴ Uma versão dessa explanação foi publicada em Tavares, Alvarenga e Silva (2015).

políticas, culturais e educacionais, entre outras) produzidos na e para a academia e a sociedade brasileiras, especialmente no que diz respeito às relações raciais. Por conseguinte, tenho uma "ambição ambiciosa", se é que assim podemos dizer. Ou, dentro do espírito do seminário da UERJ supracitado, proponho um inédito-viável com fins de desconstruir a produção do não existente da relevância da luta dos negros por educação formal, especialmente o seu pioneirismo no campo da educação popular, algo não explicitado ou reconhecido nas pesquisas e estudos da maioria absoluta dos pesquisadores de ponta desse campo.

Portanto, pretendo apresentar aqui uma *sociologia das ausências* (ou, fazendo uma analogia, uma *pedagogia das ausências*). Esta, a *sociologia das ausências*, parece ter relação de afinidade profunda com o que Paulo Freire denomina de inédito-viável, pois segundo Boaventura de Sousa Santos (2002), *sociologia das ausências é*

uma investigação que visa demonstrar que **o que não existe é, na verdade ativamente produzido como não existente**, isto é, como uma alternativa não-crível ao que existe. O seu objeto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presença (Santos, 2002, p. 11-12) (grifo nosso).

Sendo assim, o meu objetivo neste artigo é mostrar que os movimentos sociais negros e/ou a população negra brasileira já realizaram alguns inéditos-viáveis na esfera da educação, como se verá abaixo, embora haja silêncio sobre essas realizações. Logo, há muito o que fazer, há muita utopia a ser “inventada” e, quiçá, realizada. Entre os sonhos possíveis para os movimentos sociais negros e/ou para a população negra hoje, inclusive para a catalisação de outros inéditos-viáveis é, além da eliminação do racismo e das desigualdades raciais, deixar de serem produzidos como não existentes por uma parte significativa dos acadêmicos brasileiros, inclusive muitos que têm Paulo Freire como referência emblemática na e para a educação brasileira, incluindo aí acadêmicos engajados na luta por ações afirmativas para estudantes negros/as.

Para finalizar essa introdução, gostaríamos de esclarecer que o que designamos de brancocentrismo não difere muito daquilo que vários/as autores/as designam de eurocentrismo, especialmente no que diz respeito a considerar a cultura europeia, assim como seus agentes humanos (isto é, os/as homens e mulheres brancos/as), como

precursores da história e do desenvolvimento da humanidade, transformando-se assim como as referências ou modelos mundiais para as demais culturas e/ou países e povos. Contudo, o brancocentrismo vai além, pois, após a ascensão dos Estados Unidos da América (EUA) como potência mundial, a visão de mundo hegemônica do ser humano "civilizado, desenvolvido e superior", necessariamente branco/a, é ampliada, pela influência hegemônica dos EUA. Ou seja, além da Europa, os EUA e/ou sua população branca, assim como seus elementos culturais, são vistos e tentam se impor como referência de povos civilizados e/ou sociedades modernas. Disso se infere que o brancocentrismo não se limita ao território, ao espaço em si. Mais do que isso, ele expressa o poder hegemônico da cultura branca, do ser humano branco/a, da dominação racial dos/as brancos/as e as vantagens ou privilégios de ser considerado/a branco/a. Portanto, o brancocentrismo expressa o preceito de que os/as brancos/as são a medida para todos os outros povos. Tal influência do brancocentrismo das grandes potências nos possibilita pensar num brancocentrismo nativo ou periférico, ou seja, que há a utilização interna, no Brasil ou em qualquer país ocidental, dos privilégios raciais de ser considerado/a racialmente branco/a, inclusive no meio acadêmico.

1 - ROMPENDO COM O “PACTO” DE SILÊNCIO?

1.1 – O SEMINÁRIO DO RIO DE JANEIRO

A minha participação no “III Seminário de Movimentos Sociais, Educação Popular e Formação de Professores: o golpe militar de 1964 e a mobilização de inéditos viáveis no campo social e educativo” foi fundamental para eu repensar a minha fala, a minha presença na mesa do seminário, a minha postura em face da minha identificação racial, a minha postura perante os “pares” acadêmicos presentes, a minha postura em relação ao mundo acadêmico, enfim, repensar a minha postura perante o mundo. Digo isso porque ao ouvir as exposições dos/as professores/as que me antecederam, alguns minutos antes da minha fala, mudei não somente a estratégia de minha apresentação como também parte significativa do conteúdo a ser apresentado. Algo arriscado, pois havia grande probabilidade de fracasso argumentativo ante a improvisação e, conseqüentemente, a fala não pensada com antecedência.

Agora, perante a escrita, momento da transformação ou tradução da apresentação oral em texto escrito, distanciado do seminário, percebo que este artigo, em grande parte, se fez no momento do seminário (antes, durante e depois da minha apresentação), embora outras partes significativas dele sejam versões de textos que escrevi em outros lugares.

Mas, se a mudança argumentativa na hora da minha apresentação, por um lado, era algo temerário, por outro, era também desafiante, pois vi ali, naquele exato instante, a imperiosa necessidade de fazer emergir a honestidade intelectual de Paulo Freire associada à existência de coerência entre o produtor de conhecimento (e/ou teoria) e o sujeito operador e/ou praticante desse conhecimento, algo que não é comum entre muitos acadêmicos brasileiros das ciências sociais. Honestidade intelectual e coerência que se manifestaram quando esse educador afirmou ter ouvido pela primeira vez a palavra *conscientização*, e o seu significado mais profundo, dos professores Alberto Guerreiro Ramos e Álvaro Pinto, seus pares no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Conforme Paulo Freire,

Acredita-se que sou autor deste estranho vocábulo "conscientização" por ser o conceito central de minhas ideias sobre a educação. Na realidade, **foi criado por** uma equipe de professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, por volta de 1964. Pode-se citar entre eles o filósofo Álvaro Pinto e **o professor Guerreiro [Ramos]**. Ouvi pela primeira vez a palavra conscientização, percebi imediatamente a profundidade de seu significado, porque estou absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação da realidade (Freire *apud* Romão, 2005: 134) (grifos nosso).

E por que, após ouvir alguns/mas palestrantes durante o seminário, lembrei da revelação acima de Paulo Freire, momentos antes de minha exposição, e a citei? Porque o professor Paulo Freire, ao citar e dar crédito ao sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, já reconhecia, em 1964 – ano do golpe civil-militar no Brasil –, o que, até hoje, a maioria absoluta dos educadores brasileiros não reconhece, até mesmo intelectuais renomados da área de educação popular e movimentos sociais: a participação, a importância e a centralidade dos movimentos negros na luta por educação formal no Brasil, assim como o seu pioneirismo nessa área.⁵

⁵ Sobre os mais de 100 (cem) anos de história dos movimentos negros demandando educação formal no Brasil vide Santos (2014).

O professor Paulo Freire não oculta que o conceito *conscientização*, central em suas ideias sobre educação, como ele mesmo afirma na citação acima, não foi sua criação inédita como muitos/as acadêmicos/as pensavam, ainda pensam e continuam reproduzindo tal pensamento hoje em dia. Mais do que isso, o educador nos dá pistas consistentes de que esse conceito foi forjado (in)diretamente na luta contra o racismo, uma vez que o conceito foi introduzido a ele, Paulo Freire, em 1964, pelo sociólogo e ativista afro-brasileiro Alberto Guerreiro Ramos, entre outros intelectuais. Deve-se destacar que bem antes da data acima, quando publicou o livro *Introdução crítica à sociologia brasileira*, Guerreiro Ramos foi um dos raros intelectuais a afirmar pública e orgulhosamente a sua identidade racial, assim como indicar como ela era importante para ele tanto acadêmica-intelectualmente quanto como ativista contra o racismo.⁶ Segundo o sociólogo baiano Alberto Guerreiro Ramos,

Sou negro, identifico como *meu* o corpo em que o meu eu está inserido, atribuo à sua cor a suscetibilidade de ser valorizada esteticamente e considero a minha condição étnica como um dos suportes do meu orgulho pessoal — eis aí toda uma propedêutica sociológica, todo um ponto de partida para a elaboração de uma hermenêutica da situação do negro no Brasil (Ramos, 1995: 199).

Por conseguinte, ao citar o sociólogo Guerreiro Ramos, Paulo Freire faz um duplo e importante reconhecimento. Primeiro, reconhece a participação do sociólogo Guerreiro Ramos na construção do seu conceito central no que diz respeito às suas ideias sobre educação. Por incrível que pareça, isso não é tão normal ou “natural” quanto se possa

⁶ Segundo o sociólogo Joaze Bernardino-Costa (2016), em *paper* apresentado na ST28 - Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas, do 40º Encontro Anual Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), “O brasileiro Guerreiro Ramos envolveu-se com diversos temas ao longo da sua carreira (...), entretanto, somente se dedica ao tema das relações raciais entre o final da década de 1940 e meados da década seguinte. Neste período, além de inúmeros artigos na imprensa do Rio de Janeiro e no jornal *Quilombo*, dirigido por Abdias do Nascimento, escreveu o livro *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*, que contém três capítulos centrais para a discussão que desenvolveremos a seguir: ‘o problema do negro na sociologia brasileira’, ‘a patologia social do branco brasileiro’ e o ‘negro desde dentro’”. O cientista Político Luiz Augusto Campos (2015, p. 95) também afirma que a discussão sobre “preconceito [racial], para Guerreiro Ramos, só emerge em textos dos anos 1940, quando ele reporta alguns resultados sobre suas pesquisas, feitas já no âmbito do Departamento de Administração do Serviço Público – DASP, acerca do preconceito de funcionários públicos contra imigrantes e negros”. Ao que tudo indica, o estudo e a pesquisa sobre as relações raciais não eram prioridades no início da formação acadêmica do sociólogo. Conforme Campos, “É a aproximação com Abdias do Nascimento e a iniciativa do Teatro Experimental do Negro – TEN que fizeram Guerreiro Ramos mergulhar numa transformação existencial que terá efeitos imediatos em sua obra” (Campos, 2015, p. 95).

imaginar, como bem demonstrou o geógrafo Milton Santos, outro renomado intelectual negro brasileiro, já falecido.⁷ Senão vejamos.

Milton Santos, ao ser apoiado pelo historiador Caio Prado Júnior quando pleiteava o cargo de presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em agradecimento a esse historiador, afirmou o seguinte:

Em 1962, candidato que fui a presidente da Associação de Geógrafos Brasileiros, uma voz – e não das menos eminentes da geografia brasileira – se levantou para dizer "não, não pode ser presidente, porque é negro". Pois bem, Caio Prado Júnior – que mal conhecia e que já me havia citado em seus trabalhos, embora não fosse da sua grei (**ainda não era o tempo em que as citações marcavam a recompensa da amizade ou da participação nos grupos universitários ou políticos; a citação era uma busca de aproximação da verdade através daquele que a estudou com mais proximidade**) – responde: “Não, vamos elegê-lo”. Devo, pois a Caio Prado Júnior, ao seu caráter, à sua grandeza, esse empurrão tão grande que ele deu na minha própria carreira (Santos, 1989: 433) (grifo nosso).

Independente da discriminação racial sofrida por Milton Santos e relatada por ele na citação acima,⁸ a fala do renomado geógrafo, em especial a parte destacada, demonstra que a citação do pensamento de um/a autor/a ou a citação do seu nome não é algo neutro e/ou imparcial, que tem como finalidade última somente a “busca de aproximação da verdade através daquele que a estudou com mais proximidade” como se pode supor. Logo, podemos supor que o contrário também é possível: a bajulação acadêmica pode ser a finalidade de uma citação. Mais ainda, pensamos que a citação de Milton Santos corrobora o que Boaventura de Sousa Santos (2002) designa como *sociologia das ausências*. Ou seja, a não citação de um/a autor/a referência, de um fato/acontecimento marcante e/ou emblemático, de um movimento social referência em um determinado assunto, entre outros, quando se discute/analisa esse assunto, também não é neutra.

Dessa forma, quando estudamos e/ou pesquisamos educação popular ou a história da educação no Brasil e não reconhecemos a participação ativa dos movimentos sociais

⁷ Milton Santos faleceu de câncer em 24 de junho de 2001. Ele era professor emérito da Faculdade de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Recebeu, entre outros, os seguintes prêmios: a) Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, em 1994; b) o Homem de Ideias de 1998, oferecido anualmente pelo *Jornal do Brasil* ao intelectual de maior destaque no ano; e c) o Brasileiro do Século, laureado na categoria Educação, Ciência e Tecnologia pela revista *Isto é*, em 1999. Ele escreveu mais de 40 livros, publicados no Brasil, França, Reino Unido, Portugal, Japão e Espanha. Vale ressaltar ainda que foi o único intelectual fora do mundo anglo-saxão a receber o prêmio Vautrin Lud, o “Nobel” da geografia. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u21561.shtml>. Acessado em 11/09/2011.

⁸ Que foi analisada em Santos (2014 e 2011).

negros nessa história, nós não somente os invisibilizamos e silenciemos sobre a sua existência, mas também produzimos e reproduzimos o pensamento de que eles, os movimentos negros, não existem. Ou seja, produz-se a não existência desses movimentos e, conseqüentemente, dos seus agentes: a população negra. Como afirma o sociólogo Boaventura de Souza Santos (2002: 12), “há produção de não existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível”.

1.2 – O WORKSHOP DE BRASÍLIA

A produção da não existência dos/as negros/as não se limita ao silêncio de acadêmicos-intelectuais sobre a demanda e ação incontestada e fundamental dos/as afro-brasileiros/as por educação pública de qualidade no Brasil. Ela vai além, pois há também a possibilidade de exclusão dos/as negros/as intelectuais brasileiros/as de áreas de estudo, pesquisa e/ou produção de conhecimento em que eles/as não somente estiveram à frente, assim como participaram ativamente da sua construção, como, por exemplo, a área das políticas de ações afirmativas no ensino público superior brasileiro.⁹

Antes de prosseguirmos, aqui devemos explicitar quem são os/as negros/as intelectuais. Estes/as, como definido em Santos (2014: 264 a 267), são acadêmicos/as afro-brasileiros/as que portam uma ética da convicção antirracismo proveniente, ou melhor, incorporada dos movimentos negros, bem como um *ethos* acadêmico-científico ativo, posicionado pró-igualdade racial e pró-políticas de promoção da igualdade racial;¹⁰ *ethos* este oriundo da interatividade daquela ética com uma ética epistemológica adquirida ou incorporada na e por meio da formação acadêmica de pós-graduação, em geral. Vale destacar que ética da convicção antirracismo é o preceito e/ou valor moral de não se resignar com o preconceito e a discriminação raciais, bem como com as conseqüências destes, tais como as desigualdades raciais, a inferiorização de indivíduos ou grupos sociorraciais, entre outras. Ou seja, em última instância, ética da convicção antirracismo é o preceito de lutar contra o racismo em qualquer esfera da vida social, seja na rua ou no

⁹ As políticas de ações afirmativas são demandadas constantemente pela Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Vide www.abpn.org.br.

¹⁰ Sobre o conceito de Políticas de Promoção da Igualdade Racial vide Santos e Silveira (2010).

trabalho, na escola ou na universidade, na vida pública ou privada, entre outros espaços, visando a desconstruir o mito da democracia racial brasileira e, conseqüentemente, construir uma sociedade igualitária de direito e de fato. Princípio que, como se verá mais à frente, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos tinha e tentava proporcionar ou incutir aos membros do Teatro Experimental do Negro (TEN).

Após a definição acima, devemos lembrar que o tema das políticas de ações afirmativas no ensino público superior brasileiro foi marcado por debates febris durante toda a primeira década do século XXI. Mais do que isso, foi um tema demandado pelos movimentos sociais negros e encabeçado, principalmente, pelos/as negros/as intelectuais (e alguns raros intelectuais brancos/as) no interior das universidades públicas brasileiras (cf. Santos, 2014a). Assim sendo, é praticamente impossível discutir políticas de ações afirmativas no ensino público superior brasileiro sem considerar o protagonismo dos movimentos negros e dos negros intelectuais, visto que essa área de estudo e pesquisa tem sido um dos *locus* de enunciação negra, a despeito das fortes pressões em sentido contrário, especialmente pressões do *mainstream* da imprensa e de parte significativa da intelectualidade branca brasileira.

Contudo, quando participamos do *workshop Pathways to Social and Economic Welfare: considering affirmative action policies in Brazil*, realizado em Brasília, de 06 a 09 de dezembro de 2016, organizado por cientistas sociais da Universidade de Brasília e da *University of Glasgow*, com apoio financeiro do *Newton Fund (British Council)* e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), constatamos no primeiro dia do evento, assim como manifestamos a nossa surpresa, incômoda, que não havia nenhuma mulher afro-brasileira entre os/as selecionados/as para participar do workshop.¹¹ De um total de trinta participantes, havia três homens afro-brasileiros e um professor/pesquisador negro estrangeiro. O restante eram todos/as homens e mulheres brancos/as, inclusive os/as organizadores/as e/ou mentores/as do workshop, sem predomínio numérico significativo para um dos sexos. Ou seja, havia um equilíbrio na quantidade de homens e mulheres. A

¹¹ A seleção para o *workshop* foi internacional, embora limitada a “jovens pesquisadores brasileiros e britânicos interessados no tema de ações afirmativas”, mas que tivessem “concluído o doutorado entre os anos 2006 e 2016”. A inscrição para participar do referido *workshop* foi feita através do seguinte *link*: https://www.britishcouncil.org.br/events/newton-fund-researcher-links-workshop-habel?_ga=1.7669490.1506720687.1466294308.

resposta à nossa manifestação foi a esperada por nós: “não houve demanda de mulheres afro-brasileiras” para participar do referido workshop.

Não obstante a resposta plausível, cabe uma pergunta: como estudar, pesquisar e debater políticas de ação afirmativa em um evento acadêmico no Brasil e não ter entre os/as selecionados/as uma quantidade significativa de pretos/as e pardos/as nativos/as, especialmente mulheres? São elas um dos sujeitos de direito mais legítimos dessas políticas, visto que têm as piores condições de vida no Brasil e geralmente ocupam ou estão (de forma quase permanente) na base da hierarquia social brasileira (cf. Marcondes et. al., 2013) em face das discriminações racial e de gênero que sofrem, entre outras. Some-se a isso uma exceção positiva: as mulheres negras têm estudado mais que os homens negros nos últimos anos (cf. Sotero, 2013). Por consequência, no que diz respeito às políticas de ação afirmativa no ensino superior, as mulheres negras são não somente beneficiárias legítimas e legais dessas políticas, como teoricamente tendem a ser mais beneficiadas que os homens negros, visto que elas estão ingressando mais que eles no ensino superior (cf. Sotero, 2013). Em vista disso, pensamos que a ausência de mulheres negras entre os/as selecionados/as para participar do *workshop Pathways to Social and Economic Welfare: considering affirmative action policies in Brazil* foi uma espécie de produção de não existência delas, uma vez que elas foram, no mínimo, invisibilizadas nesse workshop.

Devemos frisar que, embora poucas, há acadêmicas negras brasileiras doutoras que são “interessadas no tema de ações afirmativas” e/ou nas relações raciais brasileiras e que lograram o seu doutorado entre os anos de 2006 e 2016, critério para participar do referido *workshop*. Entre algumas delas, vamos citar aqui, como exemplo, apenas três.¹² Começamos pela professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Matilde Ribeiro, que obteve o seu doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em 2013. Além possuir os critérios objetivos para ser selecionada para o *workshop*, a professora Matilde Ribeiro agregava a eles critérios técnicos e políticos, uma vez que dirigiu a então Secretaria

¹² De um total de trinta participantes no *workshop Pathways to Social and Economic Welfare: considering affirmative action policies in Brazil*, três mulheres negras corresponderiam a uma cota de 10%, caso elas fossem convidadas para participar do evento. Portanto, caso houvesse uma política de ação afirmativa para participação de mulheres negras nesse workshop, por meio da técnica de implementação pelo sistema de cotas, se garantiria a participação de três mulheres negras, caso a cota fosse 10%, ou seis mulheres negras, caso a cota fosse 20%.

Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), no período de 2003 a 2008. Ou seja, ela foi a primeira ministra da Igualdade Racial do governo brasileiro. Nessa condição ela foi uma das pessoas chaves para a aprovação do sistema de cotas para estudantes negros da Universidade de Brasília (UnB),¹³ visto que foi uma das convidadas especiais para a reunião do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) da UnB, do dia 6 de junho de 2003, data e unidade acadêmica onde foi aprovado sistema em questão.

Em entrevista concedida a Ernandes Belchior (2006), alguns/mas conselheiros/as do CEPE afirmaram que a presença da professora Matilde Ribeiro, assim como da professora Petronilha Silva, na reunião supracitada, foi crucial para a aprovação da proposta do primeiro sistema de cotas da UnB. E foi fundamental não só pela autoridade de seus argumentos (cf. Demo, 2005), mas também pela politização da discussão sobre as cotas para negros naquela reunião, fazendo com que alguns conselheiros indecisos votassem favoravelmente à aprovação do sistema de cotas para estudantes negros.¹⁴ Segundo um dos conselheiros,

Um dos fatores fundamentais que eu acho que gerou uma aprovação unânime, com exceção dos representantes estudantis, porque uns se abstiveram e outros até votaram contra, foi a presença da Conselheira Nacional de Educação, a Petronilha, e da ministra Matilde Ribeiro (Conselheiro (m) 5 *apud* Belchior, 2006: 89).

Pensamos que os fatos relatados acima indicam o quanto a professora Matilde Ribeiro poderia ter contribuído no e para o *workshop Pathways to Social and Economic Welfare: considering affirmative action policies in Brazil*, se tivesse sido convidada para esse evento.

A segunda mulher negra que indicaríamos como uma das que poderiam ter sido convidadas para participar do workshop é uma das nossas referências, ou seja, é uma das autoras que citamos neste artigo, a pesquisadora Edilza Correia Sotero, que obteve o seu doutorado em Sociologia em 2015, pela Universidade de São Paulo (USP). Mas há também doutoras negras que participaram ativamente do processo de demanda e implementação de políticas de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras, como, por exemplo, a

¹³ A UnB foi primeira universidade federal brasileira a aprovar o sistema de cotas para estudantes negros/as, servindo como modelo inspirador e incentivador para a aprovação das políticas afirmativas em outras instituições públicas de ensino superior no Brasil (cf. Santos 2015a, p. 51).

¹⁴ O mesmo pode ser afirmado para a professor Petronilha Silva, que na época era uma das Conselheiras Nacionais de Educação.

também professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Ana Luiza Pinheiro Flauzina, que obteve o seu doutorado em Direito pela University Washington College of Law, em 2012. Essas duas últimas intelectuais possuem pós-doutorado em universidades nos Estados Unidos da América,¹⁵ país venerado por muitos intelectuais brasileiros/as no que diz respeito à qualidade do seu sistema de ensino superior.

Embora não tenha havido demanda de mulheres negras para participar do referido *workshop*, segundo os/as organizadores/as, algumas delas, como as três citadas anteriormente, poderiam, ou melhor, deveriam ter sido convidadas pelos/as proponentes do evento, não somente porque elas são um dos principais sujeitos de direito das políticas de ação afirmativa no Brasil e estavam dentro dos critérios objetivos para participar do *workshop*, mas, principalmente, porque elas vivenciaram e vivenciam experiências de discriminações que os homens negros não vivenciam.

Ao se ater cegamente às regras do evento, sem considerar a história da demanda e da construção do campo de pesquisa e estudo sobre ações afirmativas no Brasil, assim como sem considerar a própria definição e objetivos dessas políticas, bem como não pesquisar quem são os/as participantes desse campo de estudo e pesquisa, os/as organizadores/as e/ou mentores/as do evento não fizeram e/ou não estabeleceram e implementaram no próprio *workshop* políticas de ações afirmativas para garantir, especialmente, a presença de mulheres negras no evento, assim como de negros brasileiros em geral.

Como se verá logo abaixo, e conforme demonstrou Santos (2014), não se pode ficar mudo ou, o pior, negar a marcante participação dos movimentos negros na demanda por educação no Brasil e, especialmente, por políticas de ações afirmativas para a população negra ter acesso coletivo ao ensino público superior no Brasil. Mais ainda, cabe perguntar se o silêncio da maioria esmagadora dos/as educadores/as e/ou cientistas sociais sobre a participação dos movimentos negros na luta por educação no Brasil não seria mais uma forma de violência racial contra a população negra? E não somente isso, devemos nos

¹⁵ A primeira na *Brown University* (2015/2016), a segunda na *University of Texas at Austin* (2013). Poderíamos citar mais de uma dezena de doutoras negras que estariam dentro do critério para participar do *workshop Pathways to Social and Economic Welfare: considering affirmative action policies in Brasil*. Contudo, nos limitamos a essas duas como exemplo.

perguntar se essa violência não é tão nefasta quanto os homicídios (ou, caso se queira, genocídio) perpetrados contra os/as negros/as, como revela o livro *Mapa da Violência 2014. Os jovens do Brasil*, do sociólogo Julio Jacabo Waiselfisz (2014)?

Por que fazemos tais questionamentos? Entre outros fatores, porque, conforme afirmou Hannah Arendt (2007: 35), “somente a pura violência é muda”, ou ainda: “onde quer que a violência domine de forma absoluta, como, por exemplo, nos campos de concentração dos regimes totalitários, não apenas as leis, mas **tudo e todos devem permanecer em silêncio**” (Arendt, 2011: 195, grifo nosso), o que nos remete a outra cientista social, Gayatri Chakravorty Spivak (2010), que questiona: “Pode o subalterno falar?” Ao que parece, a visão de mundo de alguns educadores/as e/ou cientistas sociais nem permite às mulheres negras “ter a chance” de serem consideradas subalternas. Elas estão sendo excluídas inclusive de campos de pesquisa e estudo em que foram protagonistas, o campo de pesquisa e estudo sobre ações afirmativas no Brasil, um dos seus poucos *locus* de enunciação.

1.3 – O SEMINÁRIO DE SÃO PAULO

A questão do silenciamento nos remete a outro seminário, o “Caminhos Trilhados e Novos Desafios para o Acesso de Negros e Indígenas na Pós-Graduação Brasileira”, realizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC), no dia 21 de agosto de 2015. Aqui, um dos palestrantes convidados e renomado pesquisador (branco) do campo supracitado fez algo não comum no meio acadêmico ao apresentar quais seriam as estratégias, em seu ponto de vista, para estabelecer políticas de ações afirmativas aos/às estudantes negros/as e indígenas na pós-graduação. Além de externar as suas propostas (e/ou entre elas), ele deu uma ordem aos participantes do campo. Segundo esse pesquisador, aqueles/as que defendem as políticas de ações afirmativas têm que “parar de investir tanta energia nessa coisa de combater os fraudadores [do sistema de cotas estabelecido pela Lei 12.711/2012]! (...) **eu acho** que não há evidência que há fraudadores sistemáticos, que há fraudes sistemáticas nas cotas da maneira como elas funcionam”¹⁶ (grifo nosso).

¹⁶ Vide, no *link* <https://www.fcc.org.br/fcc/seminarios-fcc/caminhos-trilhados-novos-desafios-acesso-negros-ind%C3%ADgenas-pos-graduacao-brasileira#>, o vídeo 2, da mesa 2, especialmente a partir dos 34 minutos e 10 segundos.

Do nosso ponto de vista, a ordem do intelectual acima citado, consciente ou inconscientemente, sobrepõe o argumento de autoridade ao da autoridade do argumento (cf. Demo, 2005) quando abdica da pesquisa e/ou da verificação dos fatos em função do “eu acho...” da autoridade no assunto. Mas, mais ainda, produz a não existência dos/as negros/as intelectuais.

As denúncias de fraudes no sistema de cotas têm sido feitas pelos movimentos negros brasileiros, alguns estudantes negros/as e negros/as intelectuais das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), assim como de instituições estaduais e privadas. Deve-se explicitar que esses movimentos, historicamente, não têm feito denúncias sem fundamento, assim como os/as estudantes e os/as negros/as intelectuais. A título de exemplo, o Setorial de Negros e Negras – “Quem Ri de Nós Tem Paixão”, auto-organização de estudantes negros/as da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), denunciou para o Ministério Público Federal (MPF) e para essa universidade, em outubro de 2016, que vestibulandos/as brancos/as, ao fazerem a inscrição no vestibular e/ou no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem),¹⁷ estavam e estão se candidatando pelo sistema de cotas para alunos/as pretos/as, pardos/as e indígenas em vários cursos considerados de alto prestígio dessa universidade, entre os quais o curso de medicina.¹⁸ Ou seja, aquele Setorial denunciou que alunos/as brancos/as estavam usurpando as vagas direcionadas aos/as alunos/as negros/as e indígenas, conforme estabelece a Lei 12.711/2012, a chamada de Lei das Cotas.¹⁹

¹⁷ “O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao final de sua jornada pela educação básica, buscando contribuir para a melhoria na qualidade da escolarização. A partir de 2004, passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no Ensino Superior, seja utilizando resultados do Enem como fase única de seleção ou combinando com os próprios processos seletivos de cada universidade”. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/enem>. Acessado em 16 de janeiro de 2017.

¹⁸ Vide <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/12/federal-de-pelotas-desliga-24-alunos-de-medicina-por-fraude-em-cotas.html>.

¹⁹ Segundo essa lei, “Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o *caput* deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita*. (...). Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da Unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (...)”. Disponível em:

Em virtude da denúncia e, principalmente, provocada pelo MPF a apurar os fatos, a UFPel formou uma comissão para verificar a acusação. Um dos primeiros resultados foi o desligamento, no final do mês de dezembro de 2016, de 24 estudantes brancos/as “do segundo ao sétimo semestres de medicina”, que haviam ingressado, indevidamente, pelo sistema de cotas para estudantes pretos/as, pardos/as e indígenas, nessa universidade. Conforme foi noticiado no portal G1,

A Universidade Federal de Pelotas desligou 24 estudantes de medicina do seu quadro de alunos em virtude de fraudes no sistema de cotas raciais. Uma comissão formada na UFPel investigou a denúncia realizada pelo Setorial de Negros e Negras da Universidade e, após os recursos, indeferiu as autodeclarações de raça dos 24 alunos. Dessa forma, a Reitoria determinou o cancelamento das matrículas e o desligamento do curso. Os acadêmicos já foram comunicados da decisão. (...). "Essa autodeclaração não era contestada. Basicamente, nós funcionávamos por denúncias. Havendo denúncia, nós investigávamos a veracidade dessa autodeclaração. A partir de 1º de agosto, isso cabe a uma comissão específica, que foi criada com esse objetivo, de verificar a autodeclaração dos estudantes e dos servidores também, que entram via concurso na condição de cotistas", disse o reitor.²⁰

Assim, por meio de pesquisa e/ou investigação demonstrou-se que há fraudadores/as do sistema de cotas estabelecido pela Lei 12.711/2012. Ao que tudo indica, eles/as não são eventuais, visto que os/as “cotistas brancos/as” que foram desligados/as da UFPel por fraude estavam cursando, por exemplo, do segundo ao sétimo semestre, como visto anteriormente. Ou seja, eles/as vêm ingressando no curso de medicina desde a implementação da referida lei ou, se se quiser, eles/as vêm usurpando sistematicamente as vagas que são direcionadas aos/as alunos/as pretos/as, pardos/as e indígenas, ao contrário do que foi afirmado pelo renomado professor da área de estudo e pesquisa sobre ações afirmativas durante o seminário “Caminhos Trilhados e Novos Desafios para o Acesso de Negros e Indígenas na Pós-Graduação Brasileira”.

Deve-se enfatizar que essas fraudes não prejudicam somente os/as estudantes negros/as individualmente, mas também as suas famílias atuais e/ou futuras, assim como as suas comunidades e a sociedade brasileira em geral, que poderiam ver e/ou ter os estudantes cotistas negros/as e indígenas como personalidades emblemáticas, exemplos a

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acessado em 13 de janeiro de 2017.

²⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/12/federal-de-pelotas-desliga-24-alunos-de-medicina-por-fraude-em-cotas.html>. Acessado em 13 de janeiro de 2017.

serem seguidos em suas famílias e/ou comunidades, pois, segundo Joaquim Barbosa B. Gomes,

as ações afirmativas cumpririam o objetivo de criar as chamadas **personalidades emblemáticas**. Noutras palavras (...), elas constituiriam um mecanismo institucional de criação de exemplos vivos de mobilidade social ascendente. Vale dizer, os representantes de minorias que, por terem alcançado posições de prestígio e poder, serviriam de exemplo às gerações mais jovens, que veriam em suas carreiras e realizações pessoais a sinalização de que não haveria, chegada a sua vez, obstáculos intransponíveis à realização de seus sonhos e à concretização de seus projetos de vida. Em suma, com esta conotação as ações afirmativas atuariam como mecanismo de incentivo à educação e ao aprimoramento de jovens integrantes de grupos minoritários, que invariavelmente assistem ao bloqueio de seu potencial de inventividade, de criação e de motivação ao aprimoramento e ao crescimento individual, vítimas das sutilezas de um sistema jurídico, político, econômico e social concebido para mantê-los em situação de excluídos (Gomes, 2005: 56-57). (grifo nosso)

Ora, o que se observa com as fraudes cometidas pelos/as estudantes brancos/as é que elas impedem a possibilidade de se construírem, coletivamente, personalidades emblemáticas pretas, pardas e indígenas que “serviriam de exemplos às gerações mais jovens” do seu grupo racial de pertença. Portanto, com as fraudes no sistema de cotas não se comete somente o crime de roubar vagas, mas, também, o de impedir o desenvolvimento de grupos que sofrem discriminações raciais. Não seria este tipo fraude mais uma discriminação racial contra os/as pretos/as, pardos/as e indígenas? Sendo discriminação racial não deveriam os/as usurpadores/as serem condenados por este tipo de crime? Isto não cabe a nós julgar, mas à Justiça, embora possamos, enquanto não somente intelectuais, mas como cidadãos e cidadãs fazer tais questionamentos.

Por um lado, pode-se argumentar que 24 vagas não é, estatisticamente, relevante quando comparado à quantidade de estudantes pretos/as e pardos/as que ingressaram na UFPel por meio da lei de cotas desde a sua implementação. Por outro lado, pode-se alegar que “se a gente mostrar que as cotas na verdade são vítimas de fraude, que a fraude tá corroendo a cota, isto é um argumento para o pessoal que é contra as cotas. Então cancela essa política pública. Toma cuidado com isso!”,²¹ conforme asseverou o renomado professor branco que estuda e pesquisa as políticas de ação afirmativa no Brasil, durante o

²¹ Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/seminarios-fcc/caminhos-trilhados-novos-desafios-acesso-negros-ind%C3%ADgenas-pos-graduacao-brasileira#>. Vide o vídeo 2, da mesa 2, especialmente a partir dos 34 minutos e 10 segundos.

seminário. Primeiro, quando se faz ciência não se pode esconder ou fugir da verdade, caso contrário não será ciência, mas defesa de interesses próprios ou ideologia de classe, de grupo racial, de grupo sexual, entre outros. Portanto, se há fraudes no sistema de cotas estabelecido pela Lei 12.711/2012 e/ou se há erros no processo de implementação dessa lei por que não pesquisá-los e corrigi-los? Segundo, pode ser insignificante a quantidade de vagas usurpadas para quem tem histórico pessoal e/ou familiar de ingresso nas universidades públicas brasileiras, como os/as alunos/as brancos/as de classe média e alta brasileiros. Contudo, se 24 vagas (só no curso de medicina) são irrelevantes estatisticamente, por que esses/as últimos alunos/as fraudaram, sistematicamente, o sistema de cotas e usurparam as vagas dos/as estudantes pretos/as, pardos/as e indígenas? Evidentemente isso acontece por vários fatores e, entre eles, pelo menos um motivo é óbvio: essas vagas são significantes para os/as fraudadores/as e suas famílias. E aqui cabe outra pergunta: se as vagas nos cursos de medicina, entre outros, são significantes para os/as alunos/as brancos/as por que não seriam para os/as alunos/as pretos/as, pardos/as e indígenas usurpados por aqueles/as?

Considerando a ordem do referido intelectual, devemos lembrar que, como afirmado antes, no meio acadêmico, especialmente nas ciências sociais, não é comum que um/a sociólogo/a ou um/a antropólogo/a ou um/a cientista político dê ordens e/ou determine o que os demais cientistas sociais (e até mesmo os movimentos sociais) devem fazer. Em geral os acadêmicos ou intelectuais apresentam os seus argumentos (teoricamente consistentes ou rigorosos e plausíveis) sobre um determinado assunto, assim como podem defender explicitamente ou não algum(uns) ponto(s) de vista. Porém, são argumentos que podem ser criticados e/ou contestados por outros argumentos e/ou por fatos, visto que o meio acadêmico não é um quartel militar onde a determinação ou ordem de um general, tenente coronel ou mesmo um sargento é obedecida sem questionamento pelo seu subordinado hierárquico. No meio acadêmico, apesar de haver hierarquias, não é o argumento de autoridade (ou a ordem do/a superior hierárquico/a desse ambiente, como, por exemplo, a do/a reitor/a ou do/a pró-reitor/a ou do/a diretor/a do instituto ou do/a coordenador/a do programa de pós-graduação ou do/a pós-doutor/a, do/a pesquisador/a renomado/a, etc.) que estabelece a validade ou plausibilidade de teorias ou do conhecimento produzido, mas a autoridade do argumento científico (cf. Demo, 2005).

Levantamos a hipótese de que o acadêmico supracitado, defensor das ações afirmativas para estudantes pretos/as, pardos/as e indígenas, confunde o argumento da autoridade científica (ele é uma autoridade no estudo e pesquisa sobre ações afirmativas) com a autoridade do argumento científico, porque para ele, como para muitos outros/as intelectuais brancos/as, apoiadores/as e não apoiadores/as das políticas de ações afirmativas, os/as negros/as intelectuais que estão denunciando as fraudes no sistema de cotas não são intelectuais, mas militantes negros/as. E esses/as últimos/as, como pensa a maioria esmagadora dos cientistas sociais, não fazem ciência, ao contrário, são objetos dela: são os “negro-tema” (cf. Ramos, 1995).

A hipótese acima se fundamenta em outro fato ocorrido durante a realização de outro evento acadêmico, o *XXXIII International Congress of the Latin American Studies Association*, realizado no *Caribe Hilton Hotel*, em San Juan, capital de Porto Rico, de 27 a 30 de maio de 2015. Em uma noite dos dias do evento, após as atividades acadêmicas durante o dia, resolvemos ir à parte histórica da cidade de San Juan. Fomos todos/as numa van ou furgão. Éramos três homens (um deles estadunidense branco, um brasileiro branco e o autor deste artigo, autodeclarado negro) e duas professoras (mulheres) negras brasileiras. Durante o trajeto, como todos/as éramos pesquisadores/as das relações raciais brasileiras, a questão racial apareceu nas conversas. O intelectual branco estadunidense não se manifestou, salvo engano. Ficou observando as nossas conversas, que em um determinado momento direcionou-se para análise dos movimentos negros brasileiros. Momento em que o intelectual branco brasileiro afirmou o seguinte: “o movimento negro é fraco. Vocês não conseguem colocar trinta pessoas na rua [em um ato] contra o racismo”.

Não somente o autor deste artigo, mas as duas intelectuais negras brasileiras também, contestamos a afirmação do referido professor branco. Particularmente apresentei,²² entre outras, as seguintes considerações e/ou questões para ele reavaliar o seu pensamento: a) qual o movimento social que lutou contra a grande imprensa nacional, no que diz respeito à implementação do sistema de cotas para estudantes negros/as, e a venceu sem ter as mesmas armas poderosas que essa imprensa tem: redes de televisão, jornais,

²² Não inclui os argumentos das professoras aqui por uma questão de falta de espaço, ante a extensão do artigo.

revistas, portais de internet, etc.?²³ b) qual o movimento social que conseguiu construir uma data nacional contra a opressão e, mais do que isto, fez com que esta data (o dia 20 de novembro) seja considerada feriado em milhares de municípios brasileiros,²⁴ especialmente nas duas principais metrópoles do país: São Paulo e Rio de Janeiro? A partir de que critérios podemos considerar os movimentos negros brasileiros fracos?

Porém, para os objetivos deste artigo, o mais importante dessa conversa não é perceber a análise sobre os movimentos sociais negros brasileiros, com argumentos inconsistentes, do renomado intelectual branco do campo das ações afirmativas no Brasil, mas perceber que ele não nos considerava intelectuais quando afirmou que “Vocês não conseguem colocar trinta pessoas na rua contra o racismo”. Pare ele, nós negros e negras que temos títulos de doutores/as, que, como ele, estudamos e pesquisamos as relações raciais, ministramos aulas em instituições federais, estaduais e privadas de ensino superior, participamos de congressos acadêmicos nacionais e internacionais, publicamos livros e artigos (também em revistas *Qualis A1*, tanto nacional quanto internacional) não somos intelectuais, somos militantes dos movimentos negros. Assim sendo, não somos sujeitos do conhecimento, mas objetos de estudo e pesquisa. Logo, para ele não somos seus iguais no fazer científico, o que o permite, por um lado, nos representar como o “não”, isto é, “ain't got no culture... ain't got no mind... ain't got no schooling...” e, por outro lado, o permite também se autorrepresentar como o “sim”, ou seja, aquele que pode praticamente tudo academicamente, inclusive nos dar ordem com o intuito de fazer o melhor para nós negros/as. Mas, como cantava Nina Simone, na música *Ain't Got No / I Got Life*, “I Got my brain... I've got life, I've got lives... I've got my freedom, Ohhh, I've got life!”. Ou seja, nós negros/as sabemos que também pensamos e agimos como atores sociais (cf. Touraine, 1994), que também somos sujeitos do conhecimento, independentemente do monopólio branco sobre a representação dos/as negros/as no Brasil, conforme nos lembra Bairros (1996).

²³ Evidentemente que estávamos nos referindo ao movimento negro, pois, como demonstraram Martins (2005) e Moya (2014), o *mainstream* da imprensa era e ainda é contra o sistema de cotas para negros/as.

²⁴ Segundo informações da Agência Brasil, em novembro de 2015, “mais de mil cidades brasileiras comemoram o 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra”. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-11/dia-da-consciencia-negra-e-comemorado-em-mais-de-mil-cidades-brasileiras>. Acessado em 16 de janeiro de 2017.

2- CAMINHAREMOS PARA FRENTE, AUTONOMAMENTE, COM OS/AS “PARES” ACADÊMICOS/AS OU SEREMOS SUBMISSOS/AS E FICAREMOS EM SILÊNCIO?

Os três eventos acadêmicos citados anteriormente indicam a representação que, em geral, muitos/as intelectuais brancos/as, inclusive renomados/as e apoiadores/as de políticas públicas de promoção da igualdade racial, têm dos/as e para os/as negros/as. Poucos/as foram aqueles/as que não produziram a não existência (cf. Santos, 2002) ou a exclusão dos/as negros/as, como o educador Paulo Freire. O pedagogo, por exemplo, fez outro ou, caso se queira, um segundo reconhecimento dos movimentos negros ao citar o sociólogo Guerreiro Ramos, não obstante esse reconhecimento esteja nas entrelinhas do seu texto. Paulo Freire legitima ou certifica, por meio de Guerreiro Ramos, a importância desses movimentos na construção do seu conceito de conscientização. Esta hipótese é admissível na medida em que o educador tinha conhecimento da ligação orgânica e/ou profunda do sociólogo com o Teatro Experimental do Negro (TEN) e com a luta antirracismo. Aliás, o engajamento de Guerreiro Ramos contra o racismo era público, visto que, por um lado, ele publicava artigos no jornal *Quilombo*, onde discutia as relações raciais brasileiras, assim como condenava a discriminação racial. Por outro lado, o professor Guerreiro Ramos contribuía com o referido jornal não somente publicando nele conhecimentos e posicionamentos pró-igualdade racial, mas materialmente também, por meio de doação de recursos monetários. Ou seja, o sociólogo Guerreiro Ramos contribuía financeiramente para custear a produção/publicação desse periódico (cf. Domingues, 2008, p. 264 e 282), ratificando o seu compromisso amplo com a luta antirracismo.

Vale destacar que o jornal *Quilombo* foi fundado em dezembro de 1948, sendo publicado até o ano de 1950. O periódico tinha, entre outros, o objetivo de se posicionar contra racismo, assim como defender a educação formal como um valor (cf. Santos, 2014a; Pinto, 2013). Mais ainda, o seu idealizador e criador, Abdias Nascimento, em função da sua luta contra o racismo no Brasil, foi considerado “o mais importante ativista afro-brasileiro neste século [XX]” (Medeiros, 1998, p. 95). A propósito, em março de 2004, aos 90 anos de idade, Abdias Nascimento foi reconhecido oficialmente pelo governo brasileiro, por meio de homenagem do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como “maior expoente

brasileiro na luta intransigente pelos direitos dos negros no combate à discriminação, ao preconceito e ao racismo” (Semog e Nascimento, 2006, p. 115).

Talvez por isso, ou seja, pelo fato de terem sido militantes dos movimentos negros, os amigos e parceiros Alberto Guerreiro Ramos²⁵ e Abdias Nascimento, entre outros, não tenham conseguido ingressar como docentes em uma universidade pública brasileira, embora tenham sido professores em universidades nos Estados Unidos da América (cf. Santos, 2014a e 2011). A hipótese do impedimento da entrada desses intelectuais e militantes nas universidades brasileiras necessita de investigação para confirmação, reformulação ou refutação. Mas há indícios que tornam a hipótese plausível. Por exemplo, o antropólogo Lívio Sansone (1998) confirma a existência de barreiras raciais que intelectuais negros/as enfrentaram e, por causa delas, não conseguiram ter acesso ao cargo de professor/a de universidades públicas no Brasil, entre os quais o professor Alberto Guerreiro Ramos. De acordo com Sansone, “demais adiantadas para a sua época, as dificuldades de Guerreiro Ramos – sociólogo e negro assumido – em ganhar aceitação no meio acadêmico antecipam muitas das críticas e rancores na nova geração de intelectuais negros perante o meio acadêmico, com seus amores pelas torres de marfim” (Sansone, 2002, p. 10).²⁶ Mais ainda, segundo Carvalho (2005), as universidades públicas brasileiras se constituíram como espaços institucionais num clima de hostilidade e de racialização inferiorizante dos/as negros/as.

²⁵ Segundo Campos (2015, p. 93-94), “Apesar de jamais ter conseguido se fixar em uma universidade tradicional no Brasil, sua atuação em diversos institutos de pesquisa e ensino (Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, etc.), na burocracia estatal (no Departamento Administrativo do Serviço Público, na Casa Civil durante o segundo governo Vargas) e em movimentos políticos (no Teatro Experimental do Negro e no Partido Trabalhista Brasileiro) fizeram dele um interlocutor privilegiado para os cientistas sociais das décadas de 1940, 1950 e 1960”. Porém, devemos lembrar que Guerreiro Ramos até tentou ser professor na então Universidade do Brasil, mas perdeu a cadeira de professor de sociologia para L. A. Costa Pinto e a de ciência política para Victor Nunes Leal (Ramos *apud* Oliveira, 1995, p. 140). Mais ainda, em meados da década de 1950, quando foi professor no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), deu aulas para Abdias Nascimento, num curso pós-universitário com concentração em sociologia (Nascimento, 1985, p. 05).

²⁶ No *Dicio - Dicionário Online de Português*, “rancor” quer dizer: “Mágoa profunda, ocasionada por uma ofensa recebida ou instigada por situações (anteriormente) vividas”; “Excesso de ódio guardado”, entre outros significados, conforme se pode ver no *link*: <https://www.dicio.com.br/rancor/>. Faz alguns anos que estudamos e/ou pesquisamos as relações raciais brasileiras e desconhecemos os “excessos de ódio guardados” da “nova geração de intelectuais negros” apontados por Sansone (1998). Esse antropólogo deveria apresentar evidências empíricas de tais afirmações, comprovando-as, para não construir representações equivocadas sobre os/as intelectuais negros/as brasileiros/as.

Elas [as universidades] expandiram seus contingentes de alunos e professores inúmeras vezes ao longo do século XX, mas não tomaram nenhuma iniciativa para corrigir a exclusão racial que as caracteriza desde sua fundação. Ou seja, **havia uma política abertamente racista na hora de iniciar a distribuição dos benefícios do ensino superior; todavia, não houve nenhum protesto ou ação antirracista posterior por parte dos acadêmicos brancos contra os privilégios que receberam em virtude desse racismo estrutural. Pelo contrário, houve grande hostilidade e rejeição à presença de vários quadros negros importantes nos postos docentes.** [...] nem **Guerreiro Ramos** nem **Édison Carneiro** conseguiram entrar na Universidade Federal do Rio de Janeiro; Clóvis Moura também ficou fora das universidades públicas do Estado de São Paulo; Pompílio da Hora, erudito professor do Colégio Pedro II, foi recusado duas vezes de entrar na carreira diplomática descaradamente por sua condição racial; e **Abdias Nascimento** somente foi professor nos Estados Unidos e na Nigéria como consequência do seu exílio durante os anos da ditadura; ao regressar ao Brasil, nunca foi acolhido por nenhuma universidade pública, enquanto a maioria dos acadêmicos brancos exilados conseguiu retomar seus postos anteriores ou foram realocados em outros. O resultado dessa segregação racial que já atravessou quatro gerações de universitários é uma prática, quase nunca submetida à crítica, dos acadêmicos brancos falarem sempre entre brancos pretendendo falar por todos e para todos (Carvalho, 2005-2006, p. 99-100) (grifos nosso).

Talvez as “hostilidade e rejeição” contra o professor Guerreiro Ramos tenham sido mais intensas do que se possa imaginar, visto que ele não se limitou a publicar artigos sobre o antirracismo no jornal *Quilombo*. Ele também desafiou a *intelligentsia* e/ou o *establishment* acadêmico, especialmente no que diz respeito às relações raciais. Quando o livro *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança* (1953), do sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto, foi publicado, Guerreiro Ramos e Sebastião Rodrigues Alves²⁷ o criticaram tanto pela obra em si como sobre a maneira como o cientista social Costa Pinto fazia ciência. As críticas geraram uma polêmica pública, visto que a resposta de Costa Pinto a elas foi mais que objetiva; foi extremamente agressiva e desqualificadora dos seus críticos. Segundo afirmou esse cientista social, “duvido que haja biologista que depois de estudar, digamos, um micróbio, tenha visto esse micróbio tomar da pena e vir a público escrever sandices a respeito do estudo do qual ele participou como material de laboratório” (Costa Pinto *apud* Nascimento 1982, p. 61-62).

Dessa afirmação pode-se inferir sem grandes dificuldades que para o sociólogo Costa Pinto os/as negros/as, inclusive Guerreiro Ramos, deveriam ser apenas objetos de estudo. E nesse caso um objeto perigoso, visto que são considerados/as ou tratados/as como

²⁷ Este foi um dos militantes fundadores do TEN, junto com Abdias Nascimento e outros (Nascimento, 1980, p. 126).

micro-organismos (bactérias, vírus, entre outros) que podem causar a morte dos seres humanos. Observa-se aqui uma das características intrínsecas do racismo: retirar ou negar a humanidade dos sujeitos discriminados, animalizando-os/as ou, nesse caso, considerando-os/as micróbios.²⁸ Mais ainda, essa operacionalização é mais nociva aos/às negros/as do que a negação do seu direito de enunciação, assim como a sua negação de agentes capazes de produzir conhecimento e construir e/ou fazer história, visto que no primeiro caso nem humanos eles/as podem ser. Portanto, é algo que ultrapassa a questão levantada por Gayatri Chakravorty Spivak (2010). Como micróbios os/as negros/as não podem falar, sequer agir como ator social, pois segundo a definição de Alain Touraine,

O ator não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas aquele que modifica o meio ambiente material e sobretudo social no qual está colocado, modificando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais (Touraine, 1994, p. 220-221).

Logo, os/as negros/as, para Costa Pinto, assim como para alguns/mas educadores/as e cientistas sociais brasileiros, não poderiam (e não podem) ser sujeitos do conhecimento, visto que para esse sociólogo aqueles não são seres humanos e, conseqüentemente, não podem ser cientistas, ofício que Costa Pinto nega inclusive ao sociólogo Guerreiro Ramos quando o classifica de “micróbio” e/ou “material de laboratório”. Negação que também está no subtexto dos/as educadores/as discípulos e/ou seguidores/as (ou não) de Paulo Freire, quando eles/as não reconhecem e/ou não citam o que o próprio Paulo Freire afirma acima: que o conceito *conscientização* foi criado, entre outros, pelo professor Guerreiro Ramos, intelectual e ativista negro com consciências discursiva e prática (cf. Guidens, 1989) contra o racismo ou ainda, como afirma Campos (2015, p. 94), acadêmico com “um pensamento sociológico fortemente comprometido com a práxis”.

Todavia, com relação aos/as educadores/as discípulos e/ou seguidores/as (ou não) de Paulo Freire, ante a falta de evidências, aqui fazemos a ressalva de que não podemos afirmar que eles/as designam os/as negros/as como micróbios. Mas ante o silêncio desses/as educadores/as sobre as lutas históricas da população negra por educação (cf. Santos, 2014a), pode-se afirmar que muitos/as deles/as negam aos/às negros/as o papel de agentes

²⁸ Sobre isso veja Santos 2014 e 2015

e/ou atores sociais (cf. Touraine, 1994), logo, negam a esses/as um *locus* de enunciação, procedimento semelhante ao renomado intelectual, expositor no seminário “Caminhos Trilhados e Novos Desafios para o Acesso de Negros e Indígenas na Pós-Graduação Brasileira”, que dá uma ordem aos movimentos negros e aos negros intelectuais para se calarem diante das fraudes no sistema de cotas estabelecido pela Lei 12.711/2012.

Como se observa ao longo desse artigo, Guerreiro Ramos era um sociólogo posicionado, com postura acadêmico-política explícita pró-igualdade racial. Isto é, ele se manifestava publicamente contra o racismo, e o educador Paulo Freire tinha conhecimento desse seu engajamento. Por isso, levantamos a hipótese de que Freire faz, no mínimo, um duplo reconhecimento ao citar o sociólogo Guerreiro Ramos como um dos intelectuais que o ajudou a construir o conceito de *conscientização*.

Reconhecimento e importância que, infelizmente, não são atestados ou não são autenticados ou legitimados pela maioria absoluta dos/as educadores/as e/ou cientistas sociais brasileiros/as, inclusive muitos/as que têm Paulo Freire como referência fundamental ou referência máxima na e para a área educacional brasileira e mundial. Muitos/as desses/as cientistas sociais “desconhecem” ou não reconhecem o papel dos movimentos negros e de alguns/mas intelectuais negros/as, como Guerreiro Ramos, na luta por uma educação formal (e de qualidade). Deve-se lembrar que para Paulo Freire a educação deveria permitir aos seres humanos serem sujeitos de sua história. Conforme Freire,

É preciso que a educação esteja – em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos – adaptada ao fim que se persegue: **permitir ao homem chegar a ser sujeito**, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história (Freire, 1996, p. 39) (grifo nosso).

Ao que tudo indica, sujeito, para Paulo Freire, é aquele ser humano que participa da esfera pública, do processo de transformação do mundo. Conseqüentemente, sujeito é o cidadão que busca fazer história com vistas a ser dono do seu próprio destino. Para tal é preciso ser politicamente ativo e/ou participativo na sociedade em que se vive, inclusive participando de movimentos sociais, como Guerreiro Ramos fazia outrora. Participação essa negada pelo sociólogo Costa Pinto, como visto anteriormente. Assim sendo, o que

Paulo Freire chama de sujeito é algo muito semelhante ao que o sociólogo francês Alain Touraine (1994) chama de ator social.

Pensamos que no subtexto das citações de Freire é possível captar ou apreender porque esse educador reconhece a importância dos movimentos negros, por meio de Guerreiro Ramos, na construção do seu conceito de *conscientização*. Como visto acima, o sociólogo Guerreiro Ramos não era, naquela época, apenas mais um (raro) intelectual afro-brasileiro; ele era também um dos membros mais ativos de uma organização negra emblemática que havia sido fundada pelo ativista Abdias Nascimento, em 1944, no Estado do Rio de Janeiro: o Teatro Experimental do Negro (TEN). Portanto, Guerreiro Ramos era um intelectual orgânico (cf. Gramsci, 1982) dos movimentos negros ou, ainda, um negro intelectual conforme definido anteriormente, visto que foi um sujeito que buscou modificar a sociedade na qual estava inserido, posicionando-se contra o racismo, em face da ética da convicção antirracismo (chamada por ele de paixão) que incorporou dos movimentos sociais. O próprio Guerreiro Ramos afirma que:

Se o leitor me permite uma confidência, eu lhe adiantaria que, durante muito tempo, resisti ao compromisso com o movimento negro. E o que me levou a dar o passo definitivo, em 1949, foi o fato de ter sido contagiado por uma paixão, a paixão que testemunhei vivida pelos que labutaram e labutam no Teatro Experimental do Negro (Ramos *apud* Campos, 2015, p. 95).

Deve-se destacar que um dos principais objetivos do TEN era formar atores e dramaturgos negros, engajando-os na luta contra o racismo, tornando-os proficientes na leitura da realidade brasileira, com fins de transformação da realidade racial do país. Esta, como se sabe, era e ainda é marcada pelo racismo, conforme demonstrou Santos (2015a e 2014a). Para tal propósito, o TEN passou a oferecer cursos de alfabetização e cultura geral para o público ao qual se dirigia, fossem integrantes diretos, trabalhadores(as) ou desempregados(as). A cultura engajada foi posta a serviço da plena emancipação das pessoas que passavam pela instituição. A tríade política-cultura-educação tornou-se a espinha dorsal que sustentava os projetos do TEN.

Mas o processo de letramento do TEN não se reduzia apenas ao ensinar a ler e a escrever de maneira formal e mecânica; procurava, antes, oferecer ferramentas com as quais os integrantes do Teatro pudessem “reescrever o mundo” reflexiva e criticamente, questionando a dominação social e racial a que estavam submetidos. Tratava-se de aprender

a ler e a escrever para tornar-se sujeito do seu destino. Tratava-se, portanto, de uma educação comprometida, que possibilitava “ler a realidade” sociorracial tomando por base uma consciência crítica, reflexiva, posicionada, entre outras características, visando à transformação das relações raciais brasileiras. Conforme Abdias Nascimento,

Partimos do marco zero: organizamos curso de alfabetização no qual operários, empregadas domésticas, habitantes de favelas sem profissão definida, pequenos funcionários públicos, etc., se reuniam à noite, depois do trabalho diário, **para aprender a ler e escrever. Usando o palco como tática desse processo de educação da gente de cor** [...] sob a orientação eficiente do professor Ironides Rodrigues, [...] ao mesmo tempo o TEN alfabetizava seus primeiros elementos e **lhes oferecia uma nova atitude, um critério próprio que lhes habilitava também a ver, a descobrir o espaço que ocupavam**, dentro do grupo afro-brasileiro, no contexto social. (Nascimento *apud* Nascimento e Nascimento, 2000, p. 207) (grifos nosso).

Como se observa, o TEN, como outras instituições dos movimentos negros, ajudou a alfabetizar parte do povo brasileiro, mesmo com todas as limitações que se possa imaginar. Em realidade ele ultrapassou “situações-limite” (cf. Freire, 1996), isto é, ultrapassou barreiras de todos os tipos que precisavam ser vencidas e cumpriu, dentro do possível, uma das suas funções manifestas: alfabetizar cidadãos brasileiros. Portanto, realizou uma utopia aparentemente impossível no momento da sua criação ou idealização, mas que se transformou num inédito-viável quando da sua concretização, ou seja, uma utopia que deixou de sê-la, uma vez que virou realidade: alfabetizou parte do povo brasileiro. Mais do que isto, buscou formar atores sociais, conforme definido anteriormente por Alain Touraine (1994).

Apesar da façanha realizada pelo TEN, em pleno século XXI educadores renomados, que pesquisam e estudam o tema “Educação Popular”, desconhecem a luta dos movimentos negros por e pró-educação no Brasil, como pudemos constatar, mais uma vez, no seminário do Rio de Janeiro, citado anteriormente. Outros (in)conscientemente fazem eventos sobre políticas de ações afirmativas onde não há participantes mulheres intelectuais negras e pouquíssimos homens intelectuais negros, como no *workshop* de Brasília, assim como intelectuais brancos/as apoiadores/as dessas políticas dão ordem aos/às negros/as intelectuais (que para aqueles/as intelectuais são “negros-tema”) para se calarem diante do roubo das vagas das universidades públicas destinadas pela Lei das Cotas aos/às estudantes negros/as, como vimos no seminário de São Paulo.

Raros foram ou são os/as autores/as do campo de pesquisa e estudo da educação, como a professora Adriana Maria Paulo da Silva (2000), que revelaram as lutas, sonhos e conquistas da população negra na esfera da educação. Esta pedagoga e historiadora demonstrou, por meio da ação do professor Pretextato dos Passos e Silva, que mesmo em pleno regime escravista, a população negra ou parte dela já estava começando a incorporar a ideia da educação formal como um valor, um “bem supremo”, reivindicando-a e/ou exercendo-a, quando possível. Por exemplo, em 8 de abril de 1853, um professor autodeclarado preto, Pretextato dos Passos e Silva, abriu em sua própria residência, na Rua da Alfândega, nº 313, Rio de Janeiro (na Corte), uma “escola de instrução primária para meninos de cor preta” (Silva *apud* Silva, 2000, p. 122). Porém, esta escola não foi criada apenas em função da vontade do professor e do seu compromisso ou vocação educacional. A escola foi uma demanda das famílias dos alunos que a frequentavam (Silva, 2000, p. 123) ou, ainda, como afirmou Adriana Silva (2000, p. 145), o mais importante é o fato de a “experiência de Pretextato e de seus alunos ser um exemplo da luta pela escolarização formal, por parte das pessoas ‘de cor’”.²⁹

CONCLUSÃO

As ações e/ou intervenções sociais do Teatro Experimental do Negro (TEN) e do professor Pretextato Silva não seriam formas de Educação Popular? Mas, afinal, o que é popular? No artigo sobre “Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada”, a professora Camille Goirand (2009, p. 327) afirma que “Ser ‘popular’ às vezes serve como sinônimo de ‘povo’, é sobretudo no sentido de ‘pobres’, ocupando uma posição baixa na hierarquia social dos poderes e rendas; a isto remete explicitamente a expressão inglesa ‘grass-root’”. Ora, como se viu acima, por meio da citação do fundador do TEN, o público-alvo dessa organização era composto por pessoas que tinham posição baixa na hierarquia social brasileira. O mesmo, ou com mais propriedade, se pode afirmar sobre os/as alunos/as do professor negro Pretextato Silva. Mais ainda, coincidência ou não, não se pode esquecer da afirmação do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, qual seja, “**O negro é povo, no Brasil**. Não é um componente estranho de nossa demografia. Ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica” (Ramos,

²⁹ Para maiores informações sobre o professor Pretextato Silva vide Santos (2014) e Silva (2000).

1995, p. 200, grifo nosso). Então como falar de Educação Popular e não levar em consideração que um dos sujeitos de direito dessa educação é a população negra, especialmente quando esta participou ativamente da luta por educação nesse país, conforme demonstrou Santos (2014)?

Uma questão que se coloca imediatamente após a constatação acima é: por que o TEN e suas ações, ou seja, sua história concreta de alfabetização de negros/as, majoritariamente pobres, não fazem parte ou raramente fazem parte das pesquisas, estudos e análises sobre educação popular? Pode-se fazer a mesma pergunta no que diz respeito ao papel da Frente Negra Brasileira (FNB),³⁰ fundada em 16 de setembro de 1931, entre outras organizações dos movimentos negros. Essa, como o TEN e/ou como o professor Pretexto Silva, chamou para si a responsabilidade de educar formalmente parte da população negra, ante o elevado índice de analfabetos desse grupo racial e a ausência de escolas públicas para sanar esse problema no país.

Pensamos que a resposta à(s) pergunta(s) acima não é(são) simples. Talvez por meio de uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado se possa responder a ela(s) com a devida acuidade e/ou rigor que ela(s) requer(em) e/ou merece(m). Contudo, isso não nos impede de levantar a hipótese de que a(s) resposta(s) tem/têm a ver com a *sociologia das ausências* ou, caso se queira e fazendo uma analogia, com a *pedagogia das ausências (ou educação das ausências)*, fruto de um ensino universitário eurocêntrico, portanto brancocêntrico, que invisibiliza o TEN, a FNB, os professores Pretextatos, entre outras organizações, indivíduos e ações realizadas pela população negra na área educacional. Educação brancocêntrica que busca invisibilizar, silenciar e até mesmo excluir os/as intelectuais negros/as e/ou os/as negros intelectuais/as, como se viu, respectivamente, no “III Seminário de Movimentos Sociais, Educação Popular e Formação de Professores: o golpe militar de 1964 e a mobilização de inéditos viáveis no campo social e educativo”, no seminário “Caminhos Trilhados e Novos Desafios para o Acesso de Negros e Indígenas na Pós-Graduação Brasileira” e no *workshop Pathways to Social and Economic Welfare: considering affirmative action policies in Brazil*, realizado em Brasília.

A imposição do silêncio, da invisibilidade e até mesmo da exclusão do meio acadêmico e/ou negação dos feitos acadêmico-intelectuais realizados pelos/as negros/as,

³⁰ Sobre a FNB, vide Santos (2014).

por parte significativa de intelectuais brancos/as renomados/as, consciente ou inconsciente, demonstra que, hoje, na segunda metade da década de 2010, um dos inéditos-viáveis (cf. Freire, 1996) para a população negra, para os/as negros/as intelectuais (cf. Santos, 2014a) e/ou para os movimentos sociais negros na esfera educacional é fazer circular academicamente as outroras utopias sonhadas por esses últimos. Ou seja, fazer circular os inéditos-viáveis que se metamorfosearam em fatos, acontecimentos e/ou realidades concretas (portanto, hoje já não são mais utopias) na esfera da educação, mas que são invisibilizados, silenciados e/ou excluídos pela maioria dos/as pesquisadores/as e/ou intelectuais brasileiros/as.

Ora, o reconhecimento de parte dos feitos da população negra e o seu ensino já estava previsto na Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003,³¹ que no § 1º, do artigo 1º, afirmava que o ensino no Brasil deveria incluir “o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”. Contudo, as universidades brasileiras se recusam a implementar tal dispositivo da lei em função do colonialismo intelectual, para não dizer brancocentrismo, vigente em nosso meio acadêmico.

Por conseguinte, outro inédito-viável não menos importante à população negra, aos movimentos sociais negros e aos/as negros/as intelectuais na esfera educacional é “quebrar o monopólio branco sobre a representação do negro no Brasil” (Bairros, 1996, p. 183). Isto é, eliminar o colonialismo acadêmico-intelectual vigente nas universidades, especialmente dos/as intelectuais brancos/as que são, teoricamente, comprometidos com a igualdade racial e/ou com a implementação de políticas de ações afirmativas para estudantes negros/as e indígenas. Muitos desses intelectuais ainda veem, (in)conscientemente, a população negra (incluindo aí os/as acadêmicos negros/as) como subalterna, como objeto de pesquisa, que precisa obedecê-los cegamente e/ou sem questionamentos/críticas às suas ordens para que a implementação de políticas de ações afirmativas e a construção de uma sociedade que não discrimine as pessoas em função da sua cor/raça sejam vitoriosas.

³¹ Essa lei foi alterada para Lei 11.645/2008, que incluiu a população indígena. Isto é, passou a ser “estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil”.

Como dizia Martin Luther King, “Não podemos andar sozinhos”. Os/as negros/as intelectuais sabem disso, ou seja, sabem que precisam e necessitam dos pares intelectuais brancos/as (e todas as outras raças/cores e etnias) comprometidos/as com o conhecimento científico, bem como com uma sociedade democrática e sem qualquer tipo de opressão, seja ela racial, sexual, de classe, de orientação sexual, entre outras. Assim como também conhecem o complemento da frase acima do Dr. King, qual seja, “E enquanto andamos, devemos fazer a promessa de que iremos sempre em frente. Não podemos voltar atrás”.³² E não voltar atrás significa, entre outros, ser autônomo, não ser subalterno, não silenciar, não se deixar silenciar, assim como não aceitar a exclusão sociorracial, intelectual, entre outras, em nenhuma hipótese, nem mesmo de pares acadêmicos/as que pesquisam, estudam e defendem políticas de ações afirmativas para os/as negros/as e os/as indígenas, pois, como afirma o próprio Dr. King, “Nossas vidas começam a terminar no dia em que ficamos em silêncio sobre coisas que importam”.³³

Para finalizar, os fatos acima relatados indicam que movimentos sociais negros e os/as negros/as intelectuais brasileiros/as têm dado passos largos para emanciparem-se da escravidão mental imposta à população negra,³⁴ como, por exemplo, a sua suposta inferioridade. Não resta dúvida de que há muito a fazer em um caminho longo, complexo, extenuante, doloroso, entre outras dificuldades, mas indo para frente e, ao que tudo indica, não voltando para trás, parafraseando Martin Luther King. Contudo, deve-se lembrar que este é um país multirracial, onde convivem pretos/as, pardos/as, brancos/as, amarelos/as e indígenas, entre outros/as. Sendo assim, cabe aos/às intelectuais dos outros grupos raciais brasileiros, especialmente os/as brancos/as (que são hegemônicos no meio acadêmico), refletir sobre a possibilidade de ainda portarem uma escravidão mental, a de sua suposta superioridade, e emanciparem-se dela, uma vez que esta “permite” e induz não somente a dar ordens aos/negros em geral, mas também negar os seus feitos e até mesmo os/as excluir

³² Tradução livre de “We cannot walk alone. And as we walk, we must make the pledge that we shall always march ahead. We cannot turn back”. Disponível em: <http://www.goodreads.com/quotes/563302-we-cannot-walk-alone-and-as-we-walk-we-must>. Acessado em 15 de janeiro de 2017.

³³ Tradução livre de “Our lives begin to end the day we become silent about things that matter”. Disponível em: <http://www.nydailynews.com/news/martin-luther-king-jr-s-inspirational-quotes-resonate-today-gallery-1.2206693?pmSlide=1.2206690>. Acessado em 15 de janeiro de 2017

³⁴ Aqui parafraseamos Bob Marley, que na música “Redemption Song”, diz o seguinte: “Emancipate yourselves from mental slavery, None but ourselves can free our minds” [Emancipe-se da escravidão mental, Ninguém senão nós próprios podemos libertar as nossas mentes]. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/bob-marley/24572/traducao.html>. Acessado em 17 de janeiro de 2017.

de campos ou áreas de conhecimento em que os/as intelectuais negros/as (ou negros intelectuais, conforme definido anteriormente) não podem ser desconhecidos, como, por exemplo, o das políticas de ações afirmativas.

Referências

- ARENDDT, Hanna. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BAIROS, Luiza. Orfeu e poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil. *Afro-Ásia: revista do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA*, Salvador, n. 17, 1996, p. 173-186.
- BELCHIOR, Ernandes Barboza. *Não deixando a cor passar em branco: o processo de implementação de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Convergências entre Intelectuais do Atlântico Negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois. *40º Encontro Anual Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)*. Mimeo, 2016.
- CAMPOS, Luiz Augusto. “O NEGRO É POVO NO BRASIL”: afirmação da negritude e democracia racial em Alberto Guerreiro Ramos (1948-1955). *Caderno C R H*, Salvador, v. 28, n. 73, Jan./Abr., 2015, p. 91-110.
- CARVALHO, José Jorge. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista da USP*, São Paulo, n. 68, dez./jan./fev. 2005-2006, p. 88-103.
- _____. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar, 2005.
- DEMO, Pedro. *Argumento de autoridade x autoridade do argumento: interfaces da cidadania e da epistemologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.
- DOMINGUES, Petrônio. Quilombo (1948-1950): uma polifonia de vozes afro-brasileiras. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 44, jul./dez. 2008, p. 261-289.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GOIRAND, Camille. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, julho-dezembro de 2009, p. 323-354.
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. A Recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.) *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secad, 2005, p.45-79.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.
- MARCONDES, Mariana Mazzini et. al. (Orgas.). *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres no Brasil*. Brasília: IPEA, 2013.

- MARTINS, André Ricardo Nunes. Racismo e imprensa: argumentação no discurso sobre as cotas para negros nas universidades. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas américas*. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p. 179-207.
- MEDEIROS, Carlos Alberto. Abdias Nascimento: um Quixote vence os moinhos de vento. In: *População negra em destaque*. São Paulo: CEBRAP, 1998.
- MOYA, Thais Santos. *A “Cota” da Mídia – Análise da Repercussão das Ações afirmativas em jornais e revistas*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- NASCIMENTO, Abdias. *Povo negro: a sucessão e a Nova República*. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 1985
- NASCIMENTO, Abdias. (Org.). *O Negro revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- _____. *O Quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- NASCIMENTO, Abdias e NASCIMENTO, Elisa Larkin. Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn. *Tirando a Máscara. Ensaio sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- PINTO, Regina Pahim. *O Movimento Negro em São Paulo: luta e identidade*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995 [1957].
- ROMÃO, Jeruse. Educação, instrução e alfabetização de adultos negros no Teatro Experimental do Negro. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p. 117-137.
- SANSONE, Livio. Um Campo saturado de tensões: o estudo das relações raciais e das culturas negras no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 24, n. 1, 2002, p. 5-14.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf. Acessado em 30 de novembro de 2014.
- SANTOS, Milton. Renovando o pensamento geográfico. In: D’INCAO, Maria Angela (Org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Unesp, Brasiliense, 1989, p. 419-434.
- SANTOS, Sales Augusto dos. A universidade brasileira é um dos instrumentos para a produção da violência racial? *Educere et Educare*. Revista de Educação. Vol.10 Número 20 jul./dez, 2015, p. 653-669.
- _____. *O Sistema de Cotas para Negros da UnB: um balanço da primeira geração*. Jundiaí, Paco Editorial: 2015a.
- _____. A Mídia e o “Caso Tinga” no Peru: um novo paradigma de representação das relações raciais na televisão brasileira? *Revista da ABPN*, v. 6, n. 13, mar.–jun. 2014, p. 273-299.
- _____. *Educação: um pensamento negro contemporâneo*. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2014a. vol. 1. 300p.
- _____. The Metamorphosis of Black Movement Activists into Black Organic Intellectuals. *Latin American Perspectives*. v. 38, 2011, p. 124-135.
- SANTOS, Sales Augusto dos; SILVEIRA, Marly. Políticas de Promoção da Igualdade Racial e

- Ação Afirmativa. *Salto para o Futuro*. Vol. 12, 2010, p. 39-54.
- SEMOG, Ele; NASCIMENTO, Abdias. *Abdias Nascimento: o griot e as muralhas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006
- SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender Com Perfeição e Sem Coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Brasília: Editora Plano, 2000.
- SOTERO, Edilza Correia. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. In: MARCONDES, Mariana Mazzini et. al. (Orgas.). *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres no Brasil*. Brasília: IPEA, 2013, p. 35-52.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- TAVARES, Tereza Goudard; ALVARENGA, Marcia Soares de; e SILVA, Catia Antonia da (Orgas.). *Educação Popular, Movimentos Sociais e Formação de Professores: os 50 anos do golpe militar de 1964 e a mobilização de inéditos viáveis no campo social e educativo*. São Paulo: Outras Expressões, 2015
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da Violência 2014. Os jovens do Brasil*. Brasília: Seppir, 2014.

*Recebido em junho de 2017
Aprovado em setembro de 2017*